



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO A REPARAÇÃO E A CONTRIBUIÇÃO DA ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE (ATI)

LAÍS APARECIDA SANTOS DE OLIVEIR¹

VERONICA MEDEIROS ALAGOANO²

RESUMO:

Os crimes socioambientais, como os ocorridos em Mariana e Brumadinho, demonstram como a sociabilidade do capital avança violentamente na extração de minerais, produzindo um rastro de destruição e mortes. Em resposta à destrutibilidade do capital se forja a resistência das mulheres, que adquirem protagonismo na luta pela reparação. Neste cenário, as Assessorias Técnicas desempenham papel fundamental, pautando a negociação coletiva e visando a reparação justa.

Palavras-chave: Mineração, Rompimentos de Barragens, Reparação de direitos, Protagonismo das Mulheres, Assessoria Técnica.

RESUMEN:

Socio-environmental crimes, such as those that occurred in Mariana and Brumadinho, demonstrate how the sociability of capital advances violently in the extraction of minerals, producing a trail of destruction and deaths. In response to the destructibility of capital, the resistance of women is forged, who take a leading role in the fight for reparation. In this scenario, Technical Advisors play a fundamental role, guiding collective negotiation and seeking fair compensation.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de Fundão da Vale/Samarco/BHP Billiton em novembro de 2015 foi uma tragédia criminosa que despejou aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de lama de rejeito na bacia do rio Doce, uma área de 650 quilômetros de extensão, cerca de 44 municípios afetados com danos ainda hoje incontáveis ao meio ambiente e às pessoas atingidas, principalmente às populações tradicionais, quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

Neste sentido, compreendemos que os rompimentos de barragens constituem-se enquanto desdobramentos de um problema sócio-histórico que deita suas raízes no processo de colonização da América Latina. Ruy Mauro Marini explicita em sua obra “Dialética da Dependência” que a mineração se constitui enquanto base de subordinação econômica na qual os países latino-americanos, sobretudo o Brasil, foram submetidos, contribuindo para expansão e concentração das riquezas dos países europeus.

O Estado também desempenha importante papel ao atender as demandas do capital internacional, verificado através da flexibilização das legislações ambientais e de acordos realizados entre o Estado e o Governo de Minas Gerais que, exacerbadamente, beneficiam as corporações do setor mineral em detrimento da população atingida. Desta forma, podemos verificar como a estrutura do Estado torna-se indispensável ao modelo minério-extrativista, criando mecanismo que favoreçam as empresas, desde à apropriação do minério até os rompimentos de barragens. No entanto, essa estrutura do Estado e essa mesma condição de dependência, também propicia a construção de um cenário de luta, em que as vítimas deste modelo predatório de mineração edificam sua resistência.

Neste processo, a organização e luta das mulheres atingidas adquire protagonismo. São as mulheres as primeiras a sentir os impactos da mineração, desde a construção das barragens até os crimes ambientais. Essas mulheres que mais sofrem as mazelas, são as primeiras a denunciar as empresas e a se organizar em movimentos de resistência. Inclusive, são a maioria na luta pela reivindicação das Assessorias Técnicas, instrumento fundamental na luta por uma reparação justa e que pretendemos apresentar neste artigo.

1. A mineração na América Latina produz riqueza para Norte e subordinação econômico-político ao Sul



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O crime socioambiental que atingiu Mariana (2015) e outras 44 cidades ao longo da Bacia do Rio Doce, incluindo o estado do Espírito Santo, tem seu fundamento no passado histórico marcado pela expropriação de recursos minerais. Neste sentido, são fenômenos passíveis de serem compreendidos à luz da trajetória histórica latino-americana, um hemisfério atravessado pela gana de acumulação dos países centrais e avidez em expandir comercialmente.

Conforme destaca Galeano, “na divisão internacional do trabalho alguns países se especializaram em ganhar e outros em perder” (Galeano, 2010, p.17). Deste modo, o autor situa no contexto global o lugar que foi atribuído à América Latina: o de sujeição e subordinação.

Financiados por banqueiros ou pelo Estado, como é caso de Colombo, as expedições que partem da Europa buscam incessantemente lograr êxito na aquisição de especiarias e de prata já que as reservas na Europa demonstravam sinais de esgotamento. Ao ancorarem em solo Americano, os espanhóis não apenas se depararam como um novo território, mas com novos povos e toda sorte de riqueza que, em sentido literal, “brotava³ do solo”. A fim de extrair todo o reservatório de recursos recém-descobertos, a população nativa foi transformada em mão de obra escravizada e o Sul da América tornou-se fonte de abastecimento de mercadorias aos colonizadores.

Para irrigar os países centrais de riqueza: açúcar, borracha, tabaco, café, ouro, tudo se tornou mercadoria em razão da modernização e do dito progresso dos países centrais. Logo, a extração e todo saque se transformaram em capital europeu e posteriormente norte americano. Desta forma, toda a forma de produção e reprodução da vida social vai sendo imposta paulatinamente pelos colonizadores, adequando a nossa realidade à relação social global nascente.

A invasão da América ainda é ponto de destaque no manifesto do partido comunista, de Marx e Engels. Nela, os autores evidenciam como a expansão comercial⁴ que se aquece após

³ Galeano aponta em seu livro sobre a facilidade de extração dos minérios descoberto em Ouro Preto - Minas Gerais, “sob as camadas de areia, terra ou argila o pedregoso subsolo oferecia pepitas de ouro de fácil extração [...] Assim, entrou na história, impetuosamente, a região de Minas Gerais: a maior quantidade de ouro até então descoberta foi extraída no menor espaço de tempo”. (Galeano, 2010, P.81).

⁴⁵ Para Marx, “o sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo” e toda riqueza retirada pelo saque e escravização se transformaram em capital na metrópole. (Marx, 2017, p.823).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a colonização da América torna-se estrutura basilar da consolidação da burguesia nascente que se beneficia da intensificação dos meios de troca e produção de mercadorias, processo que culminará com a conformação do Estado moderno. Foi “com a criação da grande indústria e do mercado mundial, [que] a burguesia conquistou finalmente a dominação política exclusiva no moderno Estado parlamentar” (Marx e Engels, 2001, p.27).

Marx, ao descrever sobre a acumulação primitiva destaca ainda que:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e o saque das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, 2017, p.821).

Para Marini (1973), a produção de metais preciosos nos séculos XVI e XVII na América Latina, com destaque para a descoberta do ouro no Brasil, são fundamentais para a formação de uma economia capitalista global. No que se refere ao processo de dependência que será relegada aos países latino-americanos, o autor demarca como elemento central a divisão internacional do trabalho. Essa tem seu marco na consolidação das relações de importação e exportação que se constitui entre esses países e a Europa. Nessa relação, já demasiadamente desigual, a Inglaterra impõe o consumo de manufatura pela troca de bens primários. É, neste momento, que se gesta a dívida externa.

Com a estagnação das importações e os déficits na balança comercial, os países latino-americanos passam a recorrer aos empréstimos externos a fim de garantir a manutenção das importações. Os volumosos empréstimos facilitados pela Inglaterra irão submeter os países latinos a seu jugo através da “dívida eterna”, nas palavras de *Drummond*. Assim, “o papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina” (Marini, 1973, p.108).

A consolidação do estado de dependência é, portanto, resultado de um processo que tem início com o dito “descobrimento da América”, segue com a espoliação das riquezas, sobretudo minerais, com a intensa exploração do trabalho que lhe é inerente e vai se desenhando e se estabelecendo ao longo do processo de divisão internacional do trabalho. Neste contexto temos a gênese do endividamento dos países latinos que através da produção bens primários, contribuem para a expansão do sistema industrial europeu e fornecem condições sem as quais não poderia ter se constituído um capitalismo nos moldes que existe atualmente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

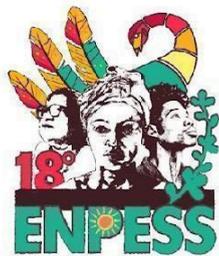
Entre a descoberta de prata em Potosí o crime ocorrido em Fundão (Mariana) há uma linha contínua que não foi rompida, ainda que tenha adquirido nova aparência. É possível dizer que há uma consubstancialização entre os fatores relacionados ao crime ambiental que espelha o passado: permanece a divisão internacional do trabalho, a dependência, a exportação de minério. Continuamos reféns da dívida “*eterna*” e as tragédias seguem acontecendo. Se antes a Coroa desempenhava papel organização administrativa na exploração de minerais, hoje as empresas multinacionais, em posse da classe burguesa, assumem esse papel em articulação com os governos. Se antes a retirada de riquezas satisfazia os interesses econômicos dos banqueiros e aristocracia, eis aqui algo que pouco se alterou, apenas adquiriu um verniz as relações entres classes dominantes que encontram-se transmutadas pelo Capital.

Na contemporaneidade, constatamos que a atuação das mineradoras não se efetiva sem a estrutura do Estado. Seus aparatos se fazem presentes desde o processo de trabalho que abrange a extração de riquezas até a apropriação de mais valor. O Estado possibilita, por exemplo: a criação de normas e leis que fornecem subsídios às mineradoras e intermediam a privatização de empresas públicas - lembrando que a Vale do Rio Doce⁵ foi vendida em um leilão por apenas 3,3 bilhões cuja justificativa era o pagamento de parte da dívida pública interna e externa-. Além de ser parte nos acordos que dizem respeito ao processo de reparação de direitos dos atingidos por barragens que em muitas das vezes se inclinam a privilegiar as empresas.

Em suma, é preciso destacar que os rompimentos de barragens fazem parte do modelo de mineração que cumpre um papel central na economia nacional de exportação, portanto, organizada e pautada pelas demandas do mercado externo. No caso de Fundão, em Mariana (MG), as análises acerca do rompimento da barragem apontam para o *boom* das exportações de minério ocorridos de 2003 a 2013, período caracterizado como megaciclo do minério em que há uma alta considerável do preço desse produto (Mansur; Pinto; Wanderley, 2016, p. 42). Este aumento se deveu a ampliação do consumo mundial do minério de ferro, principalmente pela China, associado a política nacional de crescimento econômico cimentada na reprimarização⁶

⁵ Informação retirada do site Brasil de Fato. Segundo a reportagem, “depois do leilão de privatização da companhia, a Vale passou a ser comandada pelo banco Bradesco, integrante do consórcio Valepar, detentor de 32 por cento das ações, enquanto os investidores estrangeiros passaram a somar 26,7% das ações totais da empresa”.

⁶ O termo é utilizado para caracterização do processo de desindustrialização em que há um maior enfoque em comercialização de matérias-primas, como é o caso do minério e de produtos agrícolas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da economia com investimentos inclusive do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em infraestrutura para garantir as exportações de *commodities* para setores como da mineração e do agronegócio.

Também é possível observar a fragilidade do sistema de monitoramento externo e estatal das barragens de Minas Gerais, bem como a incapacidade dos governos estaduais de garantir que as empresas executem planos de segurança das barragens. Nesse sentido, pode-se inferir que os governos, coadunam com os rompimentos das barragens.

Atualmente, os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores ou geradores de elevados impactos socioambientais podem ser definidos como apenas uma etapa burocrática que visa garantir a obtenção das licenças previstas por parte do empreendedor (Mansur; Pinto; Wanderley, 2016, p.64).

Fato é que em nome do “desenvolvimento econômico”, são realizadas manobras políticas que mobilizam todos os esforços para os grandes empreendimentos, mesmo que tenham riscos elevados as comunidades e sociedade em geral. Inclusive, os Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) são flagrantes dessa relação, uma vez que é realizado pela própria empresa que pleiteia o empreendimento, cujos dados na maioria das vezes são subdimensionados e apreciados pelas agências reguladoras estatais.

O interesse político é também um elemento essencial neste processo, uma vez que a Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), se torna uma moeda de troca infalível com as gestões municipais. Instituída desde a constituição de 1988 para que os municípios construíssem alternativas econômicas após o esgotamento dos recursos naturais. Na prática, tal receita tem funcionado como um incentivo a minero-dependência, ainda que o termo não seja exato para explicar tal relação, uma vez que a mineração é uma atividade de pouca articulação com outros setores econômicos e não contribui para redução das desigualdades sociais. Ao contrário disso, é notável o aumento da pobreza e profunda alteração dos modos e projetos de vida da população que vive ao entorno desses empreendimentos (Laschefski, 2020).

Assim, de forma secular a atividade de mineração tem provocado diversos danos aos homens e mulheres que vivem entorno do empreendimento. No caso do rompimento da barragem de Fundão em Mariana, o alcance da lama de rejeitos se estendeu de forma dramática pela bacia do rio Doce e litoral capixaba. Nesses territórios, os processos de reconhecimento do direito a reparação das pessoas atingidas perpassam por lutas diuturnamente e são as mulheres que têm protagonizado as reivindicações e resistência diante da ineficácia das ações de reparação que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não alcançam a maioria das pessoas e comunidades atingidas. Nesse sentido, a seguir abordaremos alguns elementos que compõem a realidade das mulheres após o rompimento da barragem da Vale/Samarco/ BHP Billiton, na luta pelo reconhecimento de seus direitos.

2. O protagonismo das mulheres na luta por reparação

Os rompimentos de barragens têm demonstrado que a disputa por territórios e riquezas seguem a mesma lógica de destruição da natureza, de pessoas e comunidades de outrora. Contudo, se por um lado o legado histórico da América Latina é de dependência e subserviência, por outro, a luta e resistência são elementos constitutivos do povo brasileiro, das rebeliões conhecidas às lutas clandestinas. Nesse sentido, as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão (Mariana) têm conjugado lutas e resistência em defesa de seus territórios e pelo direito a reparação. No que se refere as mulheres, ao mesmo tempo em que são as que mais vivenciam os danos, também são aquelas que não têm sido reconhecidas enquanto sujeitas de direito à reparação, talvez, por este motivo são as mais presentes nas lutas e processos reivindicatórios.

A reparação dos danos tem ocorrido de forma morosa e, em grande medida, tem provocado novos danos. A Fundação Renova⁷, na condução da reparação, tem sido um braço das mineradoras adotando a mesma conduta das empresas para negar direitos. Na prática, suas ações aprofundam as desigualdades de gênero/sexo e raça na medida em que não escuta, nem reconhece as demandas das mulheres. De forma predominante são os homens que assumem o lugar de “participação” nas ações de reparação desde a coleta das informações (cadastro) à execução dos programas destinados às pessoas atingidas (indenizações, auxílios emergenciais, assistência técnica rural e demais ações).

Nesse sentido, as mulheres têm denunciado as negativas da Fundação Renova e se colocado nas trincheiras de organização e luta por direitos e na defesa de seus territórios.

A nossa luta é como se fosse uma casa. Se a gente sai, ela para [...]. A gente vai para a luta procurar o direito da gente. Eu não tenho medo não, eu vou [...]; nas reuniões, você vê mais mulheres. Elas estão compondo mesa, tendo a palavra e são poucos os homens [...]; Eu vejo que as mulheres são muito participativas, mesmo com todas as outras jornadas que elas têm: família, filhos, marido, algumas trabalham fora [...]; A gente se organiza de várias

⁷ Foi realizado um arranjo jurídico-político que deu origem a um acordo, o Termo de Ajustamento de Conduta (TTAC), entre a Vale/Samarco/BHP Billiton, a União e os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo que instituiu a Fundação Renova para implementar as ações de reparação organizados dentro de 42 programas socioeconômicos e socioambientais voltados para os municípios e pessoas reconhecidas, pela própria Renova, como atingidas.

formas para dar conta de tudo. Tem uma frase que diz que o homem pode matar um leão, mas a mulher mata, tempera, cozinha, serve, lava a louça, ainda arruma a casa e vai cuidar do filho depois. Vejo a participação das mulheres e fico muito feliz com isso (Alexo, V, L; D'angelo M, C; Lino, M; Rodrigues, C; Oliveira, L., 2020).

A política de reparação das empresas tem potencializado as formas de opressão de gênero, raça e étnicas, adensado a exploração e subalternidade das mulheres elementos estruturantes da sociedade capitalista, patriarcal e racista. O aprofundamento dessas relações está intrinsecamente vinculado a forma de elaborar e executar os programas de reparação, ações que não partem da realidade concreta das pessoas atingidas, nem tampouco respeitam seus modos de vida. No que toca a vida das mulheres, não há acesso a ações voltadas ao trabalho e emprego, uma vez que não consideram o trabalho exercido pelas mulheres antes do rompimento da barragem por se tratar, majoritariamente, de atividades informais, ou seja, sem quaisquer tipos de registro documental comprobatório. O acesso a indenização também é baseado em comprovações documentais apartando um grupo expressivo do direito indenizatório. Ademais, a Fundação Renova tem adotado a caracterização de chefia de família colocando em novos patamares a situação de empobrecimento das mulheres, caracterizadas como dependentes de seus cônjuges ou pais. Uma consequência desse processo é a subordinação e dependência financeira das mulheres.

No que se refere a sobrecarga doméstica é notório que após o rompimento da barragem, atividades tidas como femininas, que envolvem o cuidado das pessoas e da casa, foram adensadas após o rompimento e recaindo sobre as mulheres. É fato que essa atribuição é um dado social e histórico cimentado em uma herança patriarcal que promove uma divisão social, territorial e sexual do trabalho, contudo, não se pode desconsiderar que são as mulheres que majoritariamente vivenciam tal situação, além da carga emocional que precisam administrar.

Por outro lado, a participação das mulheres tem sido evidente em espaços que discutem o processo de reparação dos danos provocados pelo rompimento da barragem, e/ou ações diretas em que pleiteiam o reconhecimento enquanto atingidas e sujeitas de direitos. Portanto, a situação das mulheres no contexto “pós-rompimento” e as reivindicações constantes que elas têm protagonizado é flagrante de uma política de reparação dos danos, implementada pela Fundação Renova, que reproduz a discriminação, violência e empobrecimento.

Para o desenvolvimento de suas ações, a Fundação Renova estruturou 42 programas socioeconômicos e ambientais voltados as ações referentes a reparação e compensação. No entanto, uma parcela significativa da população atingida tem dificuldades de acessar os

programas e o primeiro empecilho é justamente o cadastro elaborado pela empresa. O Cadastro funciona como uma espécie de porta de entrada para acesso as medidas de reparação. No entanto, este possui uma direção patrimonialista e cartorial divergente da realidade e modos de vida das comunidades atingidas (Gesta, 2016).

Assim, os dados levantados pelo cadastro se voltam para as “propriedades impactadas”, para as quais se estabelece como umas das etapas a “geolocalização dos terrenos impactados pelo evento no território de origem”, além de geolocalização dos proprietários” (Synergia, 2016, p.11). Tal exigência georreferenciada estreita o dano a propriedade e retira a pessoa atingida do debate. O instrumento utilizado para o cadastramento não considera a situação dos entrevistados, tampouco “as relações sociais territorializadas (trabalho, parentesco, vizinhança e apoio), formas de significação e uso do espaço e dos recursos, valores culturais, entre outros” (Gesta, 2022, p.9).

Desse modo, a medida em que não utilizam categorias que fazem parte do universo das pessoas atingidas, desconsideram atividades informais como manicures, diaristas, marisqueiras, marisqueiros e tantas outras, é estabelecido um limite que impacta tanto no reconhecimento das pessoas que foram atingidas, quanto nos danos que devem ser reparados pelas empresas.

Há mais de três décadas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) tem identificado e denunciado as diversas violações que as pessoas atingidas têm vivenciado em relação aos grandes empreendimentos e rompimentos de barragens, em sua análise principalmente na última década, têm destacado que são as mulheres que têm vivenciado de forma mais profunda os danos e a ausência de reparação.

Em resumo, o MAB destaca seis eixos que afetam diretamente as mulheres: a) não reconhecimento do trabalho realizado, uma vez que são atividades majoritariamente informais e relacionadas ao cuidado; b) exclusão da participação política, pois raramente os espaços de decisão e discussão com as empresas incluem as mulheres e suas pautas, o que provoca um reforço ao espaço privado, além do mais, aprofunda esse fosso a ausência de serviços básicos que possibilitem a participação feminina; c) o não reconhecimento por parte das empresas que as mulheres são sujeitas de direito, não sendo consideradas como interlocutoras para negociações, o que denota uma concepção patriarcal e patrimonialista que tende a reconhecer apenas os proprietários de terra, casas, comércio e trabalhadores formais. Além disso é notável o assédio às mulheres, no sentido de que elas cedam nas negociações e decisões por seus filhos e maridos, uma espécie de chantagem que coloca sob elas a responsabilidade de não haver acordos e de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

um suposto atraso na melhora das condições de vida da família e comunidade; d) fragilização de vínculos tanto com a comunidade como com a família, principalmente quando ocorre deslocamento forçado; e) assédio, prostituição e abusos sexuais que acometem as mulheres nas regiões em que são realizados os grandes empreendimentos e também em territórios onde há rompimento de barragens e acionamento de sirenes, com a ampliação de mão-de-obra masculina nos territórios; f) a carência de energia elétrica ou o aumento da conta de luz que tende a aumentar o tempo-trabalho em tarefas domésticas para a economia de energia, uma grande contradição principalmente no que tange a realidade dos reassentados de empreendimentos hidrelétricos. Nos casos de barragem de minério, o aumento dos custos de manutenção da vida são notáveis como: aumento dos aluguéis, impossibilidade de retomar o cultivo em quintais produtivos contaminados pela lama de rejeitos, piora das condições de vias e acessos pelo tráfego de caminhões a serviço da mineração, impacto nas condições de saúde física e mental, sem contar a sobrecarga dos próprios serviços públicos que tem sua demanda de atendimento elevada.

Esses são aspectos que de norte a sul do país são identificados⁸ no trabalho do MAB incluindo o trabalho realizado na bacia do rio Doce, região atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana/MG. Portanto, as diversas formas de violações de direitos das mulheres não é uma novidade do caso Vale/Samarco/BHP Billiton, mas uma conduta operada pelos grandes empreendimentos.

Em meio as contradições acima apontadas e fruto da organização e mobilização dos territórios atingidos, a Assessoria Técnica aos atingidos (ATI) tem sido um importante instrumento na luta por direitos. No item seguinte apresentaremos, em linhas gerais, a experiência de ATI realizada em Barra Longa (MG).

3. O trabalho de assessoria técnica aos atingidos de Barra Longa/MG

O município de Barra Longa/MG, localizado cerca de 60 km de Mariana (MG) foi um dos territórios afetados pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015, com a particularidade de ter o centro urbano devastado pela lama de rejeitos de minério, com diversos e complexos danos à população e ao meio ambiente. Após o rompimento da barragem, houve uma dinâmica de organização, mobilização e reivindicação popular para participar das decisões atinentes a

⁸ Relatos a partir do trabalho de MAB realizado junto aos atingidos de barragens de Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho, Rondônia; barragem de Acauã, Paraíba; barragem de Castanhão, no Ceará; Cerrado Baiano, região do médio São Francisco; hidrelétrica de Aimorés, Minas Gerais, dentre outras.

reparação integral com uma notável presença das mulheres nesses processos. Um dos resultados da organização desses sujeitos foi a conquista da Assessoria Técnica Independente (ATI) composta por uma equipe multidisciplinar que atuou no território de 2017 a 2021.

Na experiência de Assessoria Técnica Independente (ATI), o projeto/plano de trabalho foi orientado por dois eixos, um voltado a discussão e elaboração técnica e o outro para a mobilização social, cujo trabalho foi acompanhar as famílias atingidas com reuniões nas comunidades, visitas domiciliares e formação de lideranças. Para atuação no projeto de Barra Longa, foram contratados 13 (treze) profissionais de nível superior: 1 (uma) assistente social, 1 (uma) psicóloga, 2 (duas) arquitetas, 2 (duas) advogadas, 1 (um) engenheiro agrícola, 4 (quatro) mobilizadores sociais, além de 02 coordenadores e setor administrativo.

O projeto executado teve como objetivo central “Promover a participação ampla e informada nos processos decisórios e a efetivação plena da reparação das perdas e danos sofridos pelas famílias atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no município de Barra Longa – MG”, sendo o público-alvo 700 (setecentas) famílias (Aedas, 2017). Para tanto foi estabelecida metodologia participativa calcada nas experiências populares de grupos de base (GBs), entre zona urbana e rural da cidade foram criados 23 grupos, nos quais eram discutidos os danos e propostas de reparação. Cada grupo escolheu 3 (três) coordenadores com critérios básicos como a garantia de ter entre as indicações pelo menos uma mulher e um jovem (AEDAS, 2017). Dessa forma, além das reuniões realizadas nos GBs, também fizeram parte da metodologia participativa reuniões com o grupo de coordenadores e comissão de atingidos.

Além das discussões junto à comunidade acerca dos danos provocados pelo rompimento da barragem também foram realizadas 21 consultorias sobre temas que a comunidade elencou como fundamentais: Saúde e meio ambiente; moradia e infraestrutura; assistência social; reassentamento coletivo; reparação de áreas degradadas; rotas de fuga; esporte cultura e lazer; formação em direitos. A produção técnica a respeito de tais temas foram subsídios fundamentais para o debate sobre as ações de reparação reivindicadas pela comunidade.

O primeiro levantamento e sistematização de danos realizado junto as comunidades atingidas de Barra Longa, após quatro meses de longas discussões a partir dos GBs, culminou na síntese denominada como “pauta dos atingidos”, esse documento foi entregue a Fundação Renova, empresas (Vale/Samarco/BHP Billiton), gestão pública municipal e Instituições de Justiça, em 18/12/2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Na referida pauta foram sistematizados 6 (seis) eixos de danos a serem reparados, são eles: “direito à moradia digna e infraestrutura na zona rural e urbana”; “direito ao trabalho digno, geração de renda e ao desenvolvimento econômico”; “direito a participação, poder de decisão e acesso à informação”; “direito a saúde, à qualidade de vida e à convivência familiar e comunitária”; “direito ao meio ambiente saudável”; “direito a indenização justa” (Comissão, 2017, p. 4). Para o detalhamento de cada eixo os atingidos organizados nos grupos de base, coletivo de coordenadores e na comissão estabeleceram a ordem de prioridade dos debates. Para cada um deles foram realizadas consultorias especializadas, além de metodologias de levantamento de danos, identificação de pessoas atingidas com direito a reparação e propostas de ações de reparação.

As metodologias de participação eram centradas no método e metodologia da educação popular que na perspectiva gramsciana, pode ser entendida enquanto processo que permite às classes subalternas elaborarem e divulgarem uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses. Por outro lado, reconhecemos que não há uma concepção única acerca da educação popular, portanto alguns pressupostos são importantes para situar a perspectiva que apontamos: 1. Ação ancorada na construção da autonomia dos sujeitos; 2. Promoção do despertar de uma consciência voltada aos interesses coletivos e historicamente reivindicados, acompanhado da incorporação dos valores das classes subalternas, o que pode resultar em uma assimilação de novas formas de agir; 3. A experiência de capacidade de direção dos processos (CEPIS, 2008).

O trabalho da equipe também foi cimentado na perspectiva de interdisciplinaridade. Longe de ser uma junção de diversos técnicos e áreas do saber ou “uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados” que requer a “identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto” (Vasconcelos, 2002, p. 47), em seu sentido mais profundo, significa uma troca e integração dos diversos campos de saber que adquirem protagonismo na elaboração da interdisciplinaridade com abertura para a construção do algo novo.

A interdisciplinaridade possibilita responder as demandas do trabalho numa perspectiva de totalidade, tendo em vista o movimento contraditório da realidade com sua complexidade, compreendendo as dinâmicas das relações na teia da história. No trabalho da ATI, o objeto de trabalho comum era o assessoramento técnico acerca dos diversos danos vivenciados pelas pessoas atingidas, para tanto, a equipe organizava o trabalho em reuniões semanais dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assessores. O desafio se estabelecia na medida em que a gama de demandas sobrevinha sobre a equipe que recorria ao método e metodologia da educação popular para encontrar, junto às pessoas atingidas, as prioridades do trabalho, por meio das reuniões de grupos de base, o que permitia a equipe sintetizar e organizar as demandas a curto, médio e longo prazo.

A realidade das pessoas atingidas atravessadas por um conjunto extenso de danos provocou a equipe a buscar trocas disciplinares, da mesma forma que as metodologias de campo eram elaboradas e desenvolvidas pela equipe de forma compartilhada. A diversidade de áreas e saberes convergiam na leitura acerca do conflito onde estavam inseridos e em torno de conceitos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, como: reparação integral; centralidade dos atingidos; direito a participação efetiva no processo de reparação. A produção do saber de cada área, com tarefas específicas e responsabilidades técnicas também eram estabelecidas, bem como os resultados das ações que se complementavam com cada ação profissional regidas pelo mesmo objetivo. A cada tarefa executada eram realizadas reuniões de avaliação, bem como planejamento e monitoramento.

No que se refere ao trabalho da assistente social, coube a profissional: realizar acompanhamento das famílias em risco social, com produção de relatórios e encaminhamentos para a rede socioassistencial, para a Fundação Renova e/ou para as Instituições de Justiça, bem como realizar reuniões de grupo com as famílias atingidas, na busca de saídas coletivas para as situações vivenciadas; acompanhamento de grupos de base específicos para discussão coletiva dos danos e das propostas de reparação; supervisão e acompanhamento técnico de estudos e consultorias. A partir da avaliação da profissional também foram realizadas visitas domiciliares para complementos de dados, elaboração de parecer ou por solicitação específica das pessoas atingidas.

É importante destacar a perspectiva de organização e mobilização popular, a qual orientou o trabalho da ATI, bem como do Serviço Social. Nessa experiência, a profissão pode contribuir com o processo de elevação da consciência política das pessoas atingidas, com ações que privilegiaram a discussão coletiva, com respeito as diversas formas de organização que já se estabeleciam no território.

Com efeito, a perspectiva crítica da profissão tem apontado a importância da articulação com movimentos sociais para o fortalecimento do projeto ético-político profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, essa experiência profissional buscou aliados como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que já atuava no território junto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

às pessoas atingidas, para potencializar a organização e mobilização coletiva, elemento fundamental para a conquista de direitos frente as estratégias do capital. Outras organizações coletivas, frentes de luta e participação em espaços de discussão sobre a reparação também foram criadas e/ou ocupados pelas pessoas atingidas como parte da estratégia de visibilizar os danos e a ausência de reparação.

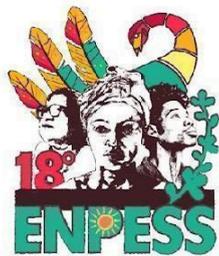
Por fim, apontamos que o trabalho da ATI buscou compreender as pessoas atingidas como sujeitos, tendo a prerrogativa do direito a debater direitos. Norteou o trabalho da equipe a compreensão que os sujeitos vivenciam os danos do rompimento de forma diversa, sendo as mulheres, negros, periféricos e pobres os que experimentam de forma mais intensa os danos e a ausência de reparação.

Considerações:

Os rompimentos de barragem de rejeito desdobram-se numa extensa lista danos materiais, imateriais, além das inúmeras mortes, tornando essas perdas incomensuráveis. Esses danos, tem uma vinculação histórica com nosso passado colonial, em que se pese a extração de minerais, os quais, em sua maioria, são exportados, sob a batuta do Estado. Este, tem desempenhado funções essenciais em benefício do capital, como a concessão a exploração jazidas de matérias primas, flexibilização de legislações ambientais e sendo parte ativa nos acordos de reparação, inclinando-se sempre ao favorecimento das mineradoras.

Contudo, a destrutibilidade do capital mineral tem sido enfrentada pelos movimentos sociais e organizações que buscam seus direitos e a defesa de seus territórios. É neste âmbito que destacamos o protagonismo da luta das mulheres. As maiores vítimas desses crimes também são as maiores lutadoras na reivindicação dos seus direitos. Elas encabeçam a resistência contra as empresas, descortinam todo cenário de danos que não seriam qualificados enquanto perdas e, portanto, passíveis de reparação. Neste cenário, um ator importante e fruto da reivindicação das pessoas atingidas são as Assessoria Técnicas Independentes (ATIs). Elas têm cumprido um papel de suporte às pessoas e comunidades atingidas na luta por reparação, sobretudo para as mulheres, negros e negras e toda população invisibilizada pelas empresas.

Na experiência de Barra Longa, o trabalho da ATI buscou a partir da educação popular e do trabalho interdisciplinar estruturar sua atuação pautando um formato coletivo de negociação, considerando a realidade dos sujeitos e contribuindo para um contexto em que as pessoas atingidas pudessem exercer o direito à participação. A equipe buscou auxiliar os assessorados na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

elaboração de propostas de reparação adequadas à realidade, conforme suas necessidades e desejos.

O Serviço Social teve importante contribuição nessa experiência tecendo uma atuação alinhada com o interesse das pessoas atingidas e ampliando sua atuação para além das demandas específicas e individuais, podendo realizar acompanhamentos e debates coletivos, voltadas a mobilização e organização popular. A perspectiva do trabalho coletivo junto as pessoas e comunidades atingidas demonstrou importante salto de consciência, organicidade e lutas, elementos fundamentais para a perspectiva crítica da profissão.

Referências:

AEDAS - ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL. Relatório bimestral produto 18. **Mapeamento socioassistencial de Barra Longa- Indicador Trabalho e Renda**. 2019. Disponível em: <<https://www.aedasmg.org/post/publica%C3%A7%C3%B5es-barra-longa>>. Acesso em 05/07/2020.

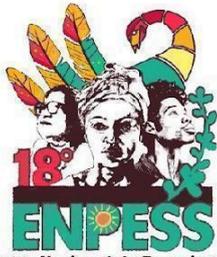
_____. Projeto/plano de trabalho: **Promoção da Assessoria Técnica aos Atingidos e Atingidas pela Barragem de Rejeitos da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Barra Longa – MG, para a democratização das decisões relativas à Reparação de Perdas e Danos**. AEDAS, 2017.

ALEXO, V,L; D´ANGELO M, C; LINO, M; RODRIGUES, C; OLIVEIRA, L. **Ser mulher é uma luta**. A Sirene, 2019. Disponível em < https://issuu.com/jornalasirene/docs/03_mar_o_2019_issuu > Acesso em 20 dez. 2020.

CEPIS. **Concepção de educação popular do CEPIS**. São Paulo: CEPIS, 2008.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Editora L&PM, 2010.

GESTA. **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental. Minas Gerais**. [online] Belo Horizonte, 2016, 82p. Disponível em: [GESTA-UFMG-Parecer-sobre-Cadastro-Integrado-do-PLCI-Samarco-Synergia.pdf](#) .Acesso em 11 set. 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LASCHEFSKI, K. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v.2,n.1,p.98, 2020.

MANSUR, S. M.; PINTO, G. R.; WANDERLEY, J. L. **Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. In: LOSEKANN, C; MILANEZ, B. Desastre no vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio digital, 2016. p. 39-80

MANSUR, M., WANDERLEY, L. J. M., MILANEZ, B., SANTOS, R. S. P., PINTO, R. G., GONÇALVES, R. J. A. F., & COELHO, T. P. (2016). **Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton**. In M. Zonta & C. Trocate (Eds.), *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton*. Marabá: Editorial, 2016, p. 17-49.

MARINI, R. M.. **Dialética da Dependência**. 1973.Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia — MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARX, K.; ENGEL, F. **O manifesto do partido comunista**. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo, 2001.

MARX, k. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital; tradução Rubens Enderle. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SYNERGIA. **Passo a Passo para Aplicação do Cadastro Integrado** (2016b).

VASCONCELOS, E.M. **Serviço social e interdisciplinaridade: o exemplo da saúde mental**. In: *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. 2.ed. São Paulo:Cortez,2002.